

**A Política do retrocesso: educação e desigualdade no Brasil**

**Reactionary politics: education and inequality in Brazil**

**Política reaccionaria: educación y desigualdad en Brasil**

Recebido: 23/06/2020 | Revisado: 02/07/2020 | Aceito: 03/07/2020 | Publicado: 16/07/2020

**Andréa Bittencourt Pires Chaves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-9265>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [andreachaves@ufpa.br](mailto:andreachaves@ufpa.br)

**Leandro José Souza de Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2559-4848>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [leandro.souza.almeida7@gmail.com](mailto:leandro.souza.almeida7@gmail.com)

**Resumo**

O presente trabalho possui como objetivo analisar a desigualdade social no Brasil, considerando as políticas públicas voltadas à educação, a partir do marco legal promulgando a universalidade do ensino com financiamento público, e as medidas políticas de corte de recursos para a educação, instaurados em 2016 até o tempo presente. A pesquisa foi baseada na literatura sobre a lógica da educação como mecanismo redutor da desigualdade. Foi discutido, no percurso da pesquisa, os trechos das leis brasileiras voltadas à garantia da educação e a reação dos segmentos da sociedade civil incumbidos do controle social, frente aos cortes de verbas governamentais. Como resultado, têm-se a constatação de inúmeras perdas para toda a classe estudantil, profissionais da educação e de outros serviços prestados pelas Instituições Federais de ensino superior. O estudo apresentou, em seus parâmetros finais, a tendência ao desmantelamento das instituições públicas de ensino superior devido aos cortes de recursos de forma abrangente, do fomento à pesquisa até a esfera da manutenção básica. Tais medidas governamentais pautadas no projeto neoliberal acentuam o propósito de desestatização e privatização das referidas instituições.

**Palavras-Chave:** Desigualdade social; Educação superior; Retrocesso político; Ensino.

## **Abstract**

The present work aims to analyze social inequality in Brazilian society, considering public policies aimed at education from the legal framework promulgating the universality of education with public funding and the recent political measures to cut resources for education, established since 2016 until the present time. The research was based on the literature on the logic of education as a mechanism to reduce inequality. It was analyzed, in the course of the research, the excerpts of Brazilian laws aimed at guaranteeing education and the reaction to the cuts in government funds of the segments of civil society in charge of social control. As a result, there are numerous losses for the entire student class and education professionals and other services provided by Federal Institutions of higher education corresponding to the federative unit and constituted in the form of universities, institutes and schools of technical and high levels. The study then presented, in its final parameters, the tendency and direction towards the dismantling of public higher education institutions due to the cuts in the most basic resources for their maintenance. Such governmental measures lead to the path of the neoliberal project for the privatization and privatization of these institutions.

**Keywords:** Social inequality; College education; Political setback; Teaching.

## **Resume**

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la desigualdad social en la sociedad brasileña, considerando las políticas públicas dirigidas a la educación desde el marco legal que promulga la universalidad de la educación con fondos públicos y las recientes medidas políticas para reducir los recursos para la educación, establecido desde 2016 hasta la actualidad. La investigación se basó en la literatura sobre la lógica de la educación como mecanismo para reducir la desigualdad. Se analizó, en el curso de la investigación, los extractos de las leyes brasileñas destinadas a garantizar la educación y la reacción a los recortes en los fondos gubernamentales de los segmentos de la sociedad civil a cargo del control social. Como resultado, existen numerosas pérdidas para toda la clase de estudiantes y profesionales de la educación y otros servicios prestados por instituciones federales de educación superior correspondientes a la unidad federativa y constituidas en forma de universidades, institutos y escuelas de nivel técnico y alto. El estudio luego presentó, en sus parámetros finales, la tendencia y la dirección hacia el desmantelamiento de las instituciones públicas de educación superior debido a los recortes en los recursos más básicos para su mantenimiento. Dichas medidas gubernamentales conducen al camino del proyecto neoliberal para la privatización y privatización de estas instituciones.

**Palabras clave:** Desigualdad social; Educación universitaria; Revés político; Enseñanza.

## 1. Introdução

As teorias que versam sobre a desigualdade no mundo sempre fizeram parte da mais ampla coleção de textos e documentos no tocante às ciências humanas, em especial a sociologia. Assim sendo, faz-se substancial o contínuo retorno às teorias visando aprofundar o debate sobre a desigualdade e os mecanismos destinados à sua coibição, no caso em estudo, o acesso à educação.

Ao longo do século XX, um modelo de Estado organizado sob a égide de bem-estar social acabou por implantar legislações que objetivavam de forma direta o enfrentamento da desigualdade. No bojo do contexto do Estado Social, no Brasil, foi elaborada uma política de acesso ao ensino superior público e gratuito de qualidade.

O presente estudo realiza uma análise sobre a importância da educação superior como mecanismo de redução da desigualdade no mundo e, especificamente, no Brasil. Para tanto, aciona o conjunto legal brasileiro destinado a garantir à educação e o seu financiamento público. Posteriormente, aborda as implicações no tocante aos cortes de recursos prejudicando as políticas públicas de educação superior a partir do ano de 2016 até o tempo presente; buscando com isso, entender as consequências dos financiamentos escassos.

Em seu percurso final, o estudo também segue dialogando com a reação contrária aos cortes de verbas e demais medidas reacionárias na área educacional por parte dos segmentos da sociedade civil, responsáveis pelo controle social da educação brasileira. A resposta da sociedade decorreu das evidências nocivas da política de retrocesso visando afetar diretamente a vida acadêmica e conduzir à privatização do ensino superior.

## 2. Metodologia

O estudo versa sobre uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa a respeito da educação superior como mecanismo importante de coibição da desigualdade social. Para tanto, foram acessadas as teorias sobre desigualdade e educação via pesquisa bibliográfica. Esta modalidade de pesquisa investe no levantamento de referências necessárias à explicação do fenômeno em tela: políticas públicas de Educação. Para Loureiro (2018, p.208) “uma pesquisa

bibliográfica pode chegar a resultados bem originais, consultando autores e fontes bibliográfica diversas”.

Somando a pesquisa bibliográfica foi feito um levantamento documental. Segundo Marconi e Lakatos (2002) a pesquisa documental é um recurso de coleta de dados oficiais. Com este intuito, foi examinado o marco legal brasileiro responsável por garantir a universalização do ensino e o seu financiamento público como fator fundamental ao acesso universal à educação no Brasil.

A presente pesquisa documental também levantou as informações primárias sobre a reação da sociedade civil organizada, fazendo uso das atribuições do controle social, contra os cortes de verbas educacionais implementado pelo governo federal desde 2016 até os dias atuais. Dentre as organizações pesquisadas está a União Nacional dos Estudantes - UNE, reagindo e respondendo a tais ações de corte financeiro por parte do governo federal responsáveis por reduzir o acesso ao ensino superior público e gratuito.

### **3. A Educação como Mecanismo Redutor da Desigualdade**

A desigualdade no mundo é um dilema civilizacional e, o Brasil, não está a margem de tal problemática e, sem risco de errar, está entre os países mais desiguais do mundo. No cenário globalizado, a ocorrência da desigualdade na sociedade é uma realidade inibidora da dignidade humana e tal condição é coibida, em muitos países, por meio de políticas públicas de acesso à educação.

O problema da desigualdade é intrínseco ao sistema capitalista. Contudo, para sua própria existência metabólica, esse sistema, promotor da desigualdade, precisa instituir mecanismo para matizar a desigualdade que lhe é própria. Trata-se da contradição interna do sistema: produz a desigualdade e a mantém sobre controle para sua própria sobrevivência enquanto modo de produção.

Segundo Barros, Henriques & Mendonça (2000), o fenômeno da desigualdade se faz presente na vida das pessoas que habitam o território brasileiro. Na análise dos referidos autores, a questão precípua da desigualdade está na estrutura da sociedade capitalista brasileira e sua má distribuição de renda, responsável por fazer a estratificação da sociedade alcançar níveis altamente desregulados, convivendo no mesmo espaço, pessoas riquíssimas e paupérrimas. Este mundo dual segundo Cattani (2018, p.64) apresenta a seguinte divisão:

**Ricos:** privilégios acumulados; impunidade; regalias tributárias (0.1 a 3% sobre rendimentos); isenções/elisões fiscais; sonegação; uso de paraísos fiscais; qualidade de vida; consumo desmedido; melhores escola e serviços de saúde qualificados.

**Não ricos:** desvantagens cumulativas; rigor da lei; peso de impostos (30 a 40% sobre rendimentos); impostos inevitáveis sobre luz, água, alimentos e rendimentos do trabalho; precariedades e incertezas; educação deficiente e acesso limitado à saúde.

A sociologia brasileira promoveu análises cirúrgicas em torno da discussão da desigualdade social. Têm-se então as proposições dos chamados “Teóricos da Dependência”, que constituíram amplas formas de olhar a sociedade, não só a brasileira, incluindo todas aquelas que fogem do eixo principal do capitalismo mundial, como os países da América Latina e de outras periferias do mundo que não habitam os espaços das grandes concentrações de capitais, reflexo da distribuição de forma desigual, em meio a lógica mundial.

Nomes como Celso Furtado (1920 - 2004) e Caio Prado Júnior (1907 - 1990) estão presentes nos anais que problematizam a discussão da desigualdade e entendem que a lógica de vida social presente no Brasil se faz como sendo um projeto oriundo de outras nações e acaba por recair na condição de dependência dos países centrais; reproduzindo assim, formas latentes de desigualdades no mundo.

Desta maneira, o problema da desigualdade na sociedade brasileira molda-se sob uma ótica amplamente sistêmica de funcionamento e a mesma é alimentada por uma outra lógica desigual maior, a concentração existente no mundo globalizado, acabando por recair sobre países que estão fora do eixo mais centralizador da dinâmica capitalista atual, acirrando ainda mais a desigualdade.

Tanto no Brasil, quanto no mundo, a ideia de pobreza não pode ser relacionada de forma unânime. Em diversas sociedades, a noção de pobreza, em seu sentido mais real, pauta-se diferentemente e, também, diverge nas formas de mediatizar a questão. Porém, em geral, é possível relacionar a pobreza à noção de carência, com indivíduos de uma dada sociedade não conseguindo ter acesso aos recursos mínimos fundantes da sua existência de forma digna e contínua. Recursos esses que devem sempre ser socialmente assegurados pelo Estado por meio de políticas públicas.

Nas considerações de Piketty (2014, 95) “a saúde e a educação representam, provavelmente, as melhorias mais reais e notáveis nas condições de vida ao longo dos séculos”. Tal melhora depende dos serviços públicos gratuitos oferecidos. Portanto, o acesso a saúde e educação é fator preponderante na redução da desigualdade.

Ao discutir a categoria analítica pobreza em países como o Brasil, é possível identificar o indivíduo pobre se configurando como sujeito destituído de recursos mínimos à manutenção de sua existência. Possuir o acesso adequado aos meios de garantia de vida (saúde, educação, renda mínima e saneamento básico) acaba sendo uma realidade distante no Brasil. Logo, a noção de desigualdade pode ser relacionada também ao aspecto institucional, como sendo uma negligência ocasionada pelo próprio Estado. Este acaba legitimando a desigualdade entre os indivíduos por não proporcionar à promoção e efetivação de políticas públicas.

Entre os fatores determinantes que regem a pobreza no Brasil está má distribuição de renda. Como explica Milanovic (2016) 1 por cento dos brasileiros concentram a riqueza do país e somente a redistribuição realizada pelo Estado, por meio de políticas públicas, pode reduzir tamanha desigualdade.

Milanovic (2016) demonstra que as décadas de 1970 e 1980 formam um período de grande desigualdade, mas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva - Lula (2003-2011) aconteceu uma retração da desigualdade em razão da implantação das políticas econômicas, políticas educacionais, elevação dos salários e políticas de transferência de renda. Como os dois governos duraram por mais de vinte anos foi possível, na análise do referido autor, considerar uma fase de desenvolvimento real e importante no cenário mundial.

Neste período, pairou a esperança do país superar as condições subdesenvolvidas, via enfrentamento da pobreza. Ou seja, a desigualdade brasileira se colocou durante uma fase, entre os governos de FHC e Lula, em uma posição mais favorável em termos de disparidade social em razão de melhor lidar com a questão da pobreza, por meio de políticas públicas.

Contudo, o Brasil viveu um retrocesso a partir de 2016. Políticas neoliberais com cortes relevantes na educação distanciam a política educacional da sua efetivação constitucional de promoção da igualdade para todos. A razão está intrinsecamente relacionada ao “golpe jurídico-parlamentar e midiático” (Lessa et al., 2020, p. 01), ocorrido no Brasil no referido ano, via impedimento da presidente Dilma Rousseff.

Há de se considerar que os governos brasileiros não venceram o grande fator responsável pela desigualdade: a extrema concentração de renda do país. A riqueza concentrada nas mãos de poucos é compreendida no âmbito geral como natural e não resultado de um sistema capitalista fundado na composição de forças desiguais. Ficou então a porta aberta para o retrocesso via golpe.

Em alguns países, a desigualdade é sempre combatida com políticas públicas que acabam por regular uma melhor forma de distribuição dos recursos e, com isso, promover a

ampliação da igualdade mesmo no modo de produção capitalista. É possível perceber a potencialização de políticas públicas eficazes quando indivíduos de diversos estratos sociais ampliam as suas condições de vida e consumo.

Um país que se destacou no cenário internacional foi a China por meio de um projeto de reformas retirando a sua população da miséria persistente até os anos de 1950 (Arrighi, 2008). Não obstante, o contexto da pobreza e desigualdade na China sofreu uma inversão e, no final dos anos de 1980, o país viveu sua ascensão perante um mundo estarecido com a envergadura do projeto chinês.

Entre os anos 1988 e 2008, a China foi o principal país favorecido com a globalização, gerando postos de trabalho e formando uma classe média emergente, retirando chineses da condição de miséria. O carro chefe da reforma chinesa foi o Estado protagonista de políticas públicas educacionais em todas as etapas, da alfabetização ao ensino superior.

Segundo Geromel (2019) a educação na China foi responsável por sua transformação no cenário internacional. A educação é considerada de forma séria e preponderante para o desenvolvimento do país. O governo decidiu encaminhar os seus jovens às universidades chinesas e estrangeiras, visando à produção nacional de ciência e tecnologia. Como destaca Cattani (2018, p.69) “o Estado é o resultado da correlação de forças que tanto pode ser instrumento de dominação da minoria sobre a maioria como pode ser promotor de justiça social”.

Vale ressaltar que a sociedade ideal seria composta da inteira distribuição equitativa de todos os recursos, sejam eles naturais ou sociais, implantando um sistema social com indivíduos usufruindo de renda, saúde e educação, em um cenário justo, assim desejado. Contudo, o mundo real é formado por um grau extremado de desigualdade. A forma distributiva desigual representa um dos principais fatores promotores da pobreza.

Tanto em relação ao Brasil, como em relação ao restante do planeta, a engenharia social humana está inserida em torno da problemática da desigualdade e cabe as forças sociais a superação de tal realidade, ou pelo menos, a busca da readequação de princípios e valores e, com isso, a superação dos termos desiguais imperativos.

Assim sendo, a educação, com uma legislação regulamentando o ensino no âmbito da sociedade, colocando a educação como o norte central para o caminho de redução das desigualdades sociais, é fundamental. Como afirma Piketty (2014, p.28) “a educação é um bem público por excelência”, na promoção e difusão da partilha.

#### **4. O Brasil e os Mecanismos legais para Promoção da Educação**

Os governantes dos países adeptos do sistema capitalista compreendem a importância da educação para o seu desenvolvimento. Destarte, o acesso da educação nem sempre é garantido devido ao receio do seu caráter emancipador. O temor dos resultados benéficos de um projeto educacional leva o Brasil a viver fases de oscilação entre avanço e retrocesso no âmbito educacional. Como salienta Chaves & Martins (2020):

Refletindo o ideário iluminista do velho mundo, paulatinamente, no Brasil, foi sendo estabelecida as diretrizes para a efetivação da educação no país. Tratou-se de um processo constituído de maneira lenta e gradual coroado com a formação do marco legal vigente via Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 (1996), compondo as diretrizes e bases da educação nacional e a Emenda Constitucional 14 [EC 14] (1996) com a garantia dos recursos financeiros:

A LDB configurou-se como sendo o principal documento responsável pela regulação e formalização do ensino em todas as suas esferas da educação no âmbito nacional, um avanço fundamental para a universalização do ensino no país marcado pela pobreza e desigualdade social.

A legislação brasileira voltada para a educação foi resultado de intensas lutas destinadas à garantia de educação igualitária, único mecanismo, na sociedade capitalista capaz de reduzir a desigualdade social. Na continuidade dos avanços para o acesso à educação, em 2012, foi promulgada a lei 12.711, estabelecendo no Parágrafo único: “no preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita”.

Logo em seu primeiro artigo, a lei já institucionaliza a entrada por meio das políticas de cotas para os estudantes de baixa renda. Objetivando com isso, a separação de forma igual das vagas destinadas ao ingresso de estudantes. Tal medida visa, de maneira direta, uma redução das desigualdades sociais latentes entre as esferas do ensino público e privada no Brasil.

Desta maneira, equiparando os alunos, proporciona oportunidades, corrigindo os equívocos pertinentes a noção meritocrática, que coloca os estudantes da rede pública em uma “corrida” díspar dentro de uma estrutural desvantajosa quando comparado a qualquer outro aluno oriundo do sistema privado de ensino. Segundo Cattani (2018), a ideia meritocrática reforça a desigualdade ao afirmar que o resultado do esforço individual leva ao sucesso,



encobrendo, desta maneira, as condições desiguais de partida dos indivíduos nas diferentes condições sociais e econômicas.

As leis são mecanismos para a reparação histórica em países com vasta população inserida na pobreza. Em um país com gritante desigualdade social, como o Brasil, a lei 12.711/12 acarretou significativa contribuição para matizar a condição díspar de acesso ao ensino superior. Geromel (2019), em seus estudos, destacou a política do governo chinês também fazendo uso da legislação para facilitar o acesso dos alunos de regiões de menor Produto Interno Bruto - PIB às suas universidades.

Percebe-se assim, que tal lei brasileira foi fundamental para a luta contra às bases da desigualdade postas à população. O processo de promoção de igualdade via legislação ainda foi estendido para questão étnica pelo dispositivo de inclusão de variados povos que habitam o território do país, previsto no 3º artigo da lei 12.711/12, que trata de forma geral sobre o direito à inclusão de indivíduos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências. Canalizando, com isso, a redução de variadas formas de desigualdade entre os mais diversos componentes da sociedade; redução essa que, não se limita somente a perspectiva racial e/ou étnica, mas que também se amplia às pessoas que são portadoras de alguma limitação física.

A força de uma lei implementada por meios diretos vindos do poder executivo sob ações da presidenta da república Dilma Rousseff reforçou a trajetória das políticas públicas destinadas a redução da desigualdade durante os governos de FHC e Lula. Contudo, com a impenetração de um golpe de Estado em 2016 e a eleição de um governo de extrema direita em 2018, o Brasil caminhou para o retrocesso na área educacional.

## **5. O Ministério da Educação e o Retrocesso da Política de Acesso à Educação**

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) representou o limiar das políticas públicas de prioridade à educação. Do Golpe de 2016 até o período recente, o Ministério da Educação foi o principal responsável por implementar cortes orçamentários, resultando em mecanismos impactantes na forma de gerir a educação nacional, afetando os caminhos da educação superior brasileira.

O golpe nos traz retrocessos que tem sobressaltado a classe trabalhadora pela rapidez de sua implementação, por seu perfil ultra repressivo materializado no ataque a direitos básicos e pela naturalização (e justificação) das perdas” (Lessa et al., 2020).

A redução dos recursos financeiros é responsável por influenciar, de maneira direta, o funcionamento das Universidades e Institutos Federais. No âmbito do financiamento público da pesquisa foram observadas as seguintes ações, segundo a União Nacional dos Estudante (UNE):

Foram congeladas 4.798 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A medida pode interromper pesquisas sobre câncer, dengue, zika, chikungunya, o desenvolvimento de testes para evitar a transmissão de HIV e hepatites B e C, além de diversas outras doenças (UNE,2019).

Com a eleição do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018, o MEC automaticamente torna-se um dos grandes espelhos de retrocesso das políticas educacionais na agenda do poder executivo. De forma amplamente incisiva e direcionada as diversas esferas do ensino brasileiro, as alterações funcionam como execução dos compromissos de campanha para, nas palavras do governo, (des)ideologizar à educação brasileira. Nesta direção, os cortes de verbas para manutenção das universidades e das pesquisas acadêmicas tem o significado de matar por asfixia a educação no país. “Os cortes nas despesas discricionárias acertam em cheio o custeio básico como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio e assistência estudantil, insumos para pesquisa” (UNE, 2019).

Logo de início, assume a pasta do Ministério da Educação, Ricardo Vélez, que por causa de desentendimentos com os seus assessores e declarações controversas acaba sendo substituído. Em meio as declarações do ministro esteve a ventilação de mudar, nos livros didáticos, a história do Brasil.

A polêmica mais recente foi uma entrevista ao jornal Valor Econômico, no início de abril, em que Vélez afirmou que pretendia mudar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar são retratados nos livros didáticos, "para dar uma visão mais ampla da história (BBC News, 2019).

Com a saída Ricardo Vélez, assumiu a pasta ministerial da educação Abraham Weintraub. O ministro apresentou como uma de suas primeiras ações, a execução de um corte de 30% nos orçamentos das Universidades e Institutos Federais; influenciando e, até mesmo paralisando, as atividades como: o ensino, a pesquisa e a extensão das instituições. O discurso do governo à época, era de se tratar de um “contingenciamento” e não um corte no sentido mais estrito da palavra.

Dadas as ações por parte do governo federal, prontamente diversas entidades da sociedade civil representaram ações de repúdio perante o cenário instaurado no setor de ensino superior do país, entre as quais está a UNE, configurando como um dos principais ecos de resistência frente às novas situações impostas pelo Ministério da Educação, por meio de notas publicadas em sua página e na imprensa nacional.

Os dados oferecidos pelo site oficial da UNE demonstram: “apesar de dizer que foi necessário um contingenciamento geral, o corte realizado universidades correspondeu a 35,9% da redução total realizada nas despesas do Ministério da Educação, que ficou em R\$ 5,714 bilhões” (UNE, 2019).

Um dos dilemas correspondentes ao corte trata sobre a sua natureza discricionária, em levantamento apurado pela Andifes, percebeu-se que em cada uma das instituições, o efeito teria uma intensidade diferente; ou seja, cada universidade sofreria, de uma forma exclusiva, às medidas do governo federal (UNE, 2019).

Os cortes nas verbas de manutenção das Universidades e Institutos Federais é responsável por asfixiar a educação do país. Lessa et al. (2020) demonstra o poder do impacto do contingenciamento vivenciados pelas Universidades Federais na obstrução do seu funcionamento. Sem recursos, as universidades caminham para o sucateamento desejado pelo governo de Jair Bolsonaro.

Não obstante, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, permanentemente profere seu discurso reacionário e pronuncia agressões verbais as Instituições de ensino superior. Desde do momento em que assumiu a pasta, lança um conjunto de declarações ofensivas e depreciativas do ensino superior público federal.

Ao afirmar, sem provas, que há “plantações extensivas de maconha” nas universidades federais e ao acusar os laboratórios de química do “desenvolvimento de drogas sintéticas” o ministro recebeu diversas críticas que prometem tomar proporções jurídicas (UNE,2019).

As reações a declaração do Ministro foram inúmeras e algumas estão a seguir:

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) lamentou a postura de Weintraub e classificou como “calúnia” o conteúdo das declarações.É lamentável, assim, que o titular do Ministério da Educação, um dos mais importantes do país, vilipendie e calunie esse grande patrimônio nacional, propagando denúncias não fundamentadas, que atingem brasileiros empenhados na construção do futuro do Brasil. Com essa atitude, desmerece o cargo que ocupa. Deveria, pelo contrário, estimular os jovens a prosseguir em seus estudos e a ingressar nas instituições que ataca, diz o documento (UNE,2019).

Para o presidente da UNE Iago Montalvão as acusações feitas pelo ministro na última sexta passaram dos limites. Ele deve responder pelas ofensas e mentiras que faz sobre as universidades. Ofender nossa educação, resumindo de forma preconceituosa e oportunista as universidades às “madrastas da doutrinação” e locais de produção de drogas é um imenso desrespeito com nossos professores e estudantes, disse (UNE,2019).

Se o Sr. Ministro, enquanto autoridade pública, efetivamente sabe de fatos concretos, sem, todavia, apontar e denunciar às autoridades competentes de modo específico onde e como ocorrem, preferindo antes usá-los como instrumento de difamação genérica contra todas as universidades federais brasileiras, poderá estar cometendo crime de prevaricação. Assim, diante dessas declarações desconcertantes, a ANDIFES está tomando as providências jurídicas cabíveis para apurar eventual cometimento de crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação, diz nota divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (UNE,2019).

Entre as declarações polêmicas e controversas do Ministro da Educação, o governo Bolsonaro segue com o desmantelamento da área educacional por meio de alterações na política educacional do país. Nesta direção, a Portaria MCTIC Nº 1.122, de 19 de março de 2020, para o período 2020 a 2023, apresentou as prioridades em ciência e tecnologia excluindo área das ciências humanas.

Ratificando a posição de recrudescimento contra o financiamento público para produção de conhecimento nas ciências humanas, o Ministro da Educação, fez a seguinte declaração. É importante frisar os erros gramáticos presentes na declaração:

Todas as universidades que a gente tem, não brota da terra o dinheiro, vem do imposto. Quando a gente for comprar pão, gasolina para a moto, telefone celular, vem imposto. E esse imposto é usado para pagar salário de professor, de técnico, bolsa, alimentação, tudo isso. Eu, como brasileiro, eu quero ter mais médico, mais enfermeiro, mais engenheiro, mais dentistas. Eu não quero mais sociólogo, antropólogo, não quero mais filósofo com o meu dinheiro, disse o ministro da Educação, em vídeo publicado pelo perfil Direita Raiz (2020).

As palavras do Ministro da Educação são a expressão de um “desavergonhado reacionarismo, desprezo pelo conhecimento e pela ciência” (Lessa et al., 2020, p. 03). A existência desta perversidade contra o saber foi produzida pelos golpistas e, agora, toda a sociedade brasileira amarga na escuridão da ignorância posta à frente do (des)governo brasileiro.

No bojo das ações governamentais beligerantes estão as tentativas de violação à autonomia das Universidades e Institutos Federais garantidas constitucionalmente: Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

Foram encaminhadas as seguintes Medidas Provisórias (MP) visando intervir nas Universidades e Institutos Federais: MP 914/2019 e MP 979/2020. As tentativas de intervenção nas Universidades e Institutos Federais não frutificaram em razão do reconhecimento da sua inconstitucionalidade, pelo poder legislativo brasileiro.

Projetos como esses, visam sumariamente institucionalizar de forma legal, valendo-se de meios políticos, a redução drástica das pesquisas nas ciências humanas na sociedade. A ideia é combater a produção do conhecimento crítico e questionador no que tange aos processos construídos e vivenciados pelos seres humanos.

No atual governo, a educação não é compreendida como um bem público, como entende Piketty (2014, p. 28):

O processo de difusão de conhecimento e competências é o principal instrumento para aumentar a produtividade e ao mesmo tempo diminuir a desigualdade, tanto dentro de um país quanto entre diferentes países, como ilustra a recuperação atual das nações ricas e de boa parte das pobres emergentes, a começar pela China.

Na mesma direção aponta Cattani (2018, p. 66): “processos conscientes de mudança estão associados à busca deliberada de conhecimento o mais abrangente possível”. Portanto, no projeto de uma nação não cabe excluir uma área do conhecimento como a proposta do atual governo preterindo às ciências humanas.

A posição excludente das humanidades manifestada publicamente pelo Ministro da Educação está correlacionada a um projeto de ruptura com o pensamento crítico e questionador. Na afirmação de Cattani (2018, p. 66): o conhecimento libertário permitirá desarmar os ardis ideológicos e tecnológicos do capitalismo, abrindo espaço para a criação intelectual superior.

Trata-se de calar o pensamento crítico em pleno século XXI retornando ao obscurantismo medieval de aprisionamento do conhecimento. Ou seja:

Há mais de 200 anos, o filósofo Immanuel Kant (1724-1804) alertava que o conhecimento crítico é a maneira de superar a menoridade, isto é, a incapacidade de pensar por si mesmo, sem depender da orientação dos outros (Cattani, 2018, p.66).

O funcionamento das instituições brasileiras tem sido crucial para frear os desmandos autoritário do governo de extrema direita. O Poder Legislativo e o Poder Judiciário estão usando as suas atribuições constitucionais para garantir a autonomia das instituições de ensino superior. Não se pode desconsiderar o papel fundamental da educação mais amplamente acessível como força benigna para a diminuição da desigualdade (Malinovic, 2016).

No atual cenário político brasileiro com propostas governamentais de violação da autonomia universitária e depreciação das ciências humanas são relevantes as palavras de Cattani (2018, p. 66): “Hoje em dia, em face do individualismo extremado e egoísta, em face a ganância predatória dos poderes, é necessário desenvolver o saber cosmopolita, responsável, libertário e generoso, pautado no bem comum”.

No caso brasileiro, ocorreu a alternância de um governo comprometido com políticas públicas voltadas para coibir a desigualdade (Lei 12.711/12) para um governo que retroage e viola a constituição via MP 914/2019 e MP 979/2020. A ignorância é aliada do poder autoritário e este tem na educação uma inimiga, o resultado é o caminho na direção do retrocesso.

## 6. Considerações Finais

Com a queda do governo Dilma Rousseff, no ano de 2016, teve início o movimento de retrocesso das políticas educacionais, especificamente, com o corte de recursos financeiros direcionadas às Universidades, Institutos e Escolas Federais. Percebe-se que o movimento ganhou uma proporção maior no governo de Jair Bolsonaro, em 2018, com ações ofensivas e depreciativas do ensino superior público federal e, com isso, o Ministério da Educação se tornou uma máquina desestabilizadora da educação no país.

Como parte das ações do governo federal, que em premissa básica entende as Universidades como espaços de balburdia, foram disparadas ações destinadas ao corte de verbas e Medidas Provisórias de violação à autonomia. Tais ações decorrem do fato das Universidades se constituírem como lócus de ampla produção cultural, crítica e emancipadora; no todo, locais como esses, devem representar a principal concentração de ideias vão contra a qualquer *status quo* estabelecido, tendendo ao autoritarismo.

Logo, o controle dessas entidades acaba se tornando naturalmente o principal foco de investidas governamentais para barrar possível oposição ao governo. Jair Bolsonaro mantém uma postura de perseguição as posições de criticidade da realidade capitalista. A manutenção da realidade da forma como ela é, com desigualdades estruturais e, até mesmo, com a sua ampliação, é o propósito de um governo antidemocrático.

Na direção contributiva, este estudo sugere a continuidade das pesquisas para promover a ampliação da discussão em torno das mudanças ocorridas no Ministério da Educação no período governado pelo presidente Jair Bolsonaro, pois este (des)governo ameaça o marco legal educacional brasileiro por meio de cortes orçamentários e com a violação da autonomia das Universidades brasileiras. Nunca se fez tão necessária a atenção das Instituições e dos movimentos da sociedade civil na vigilância e resistência em defesa da educação no Brasil.

## Referências

Arrighi, G. (2008). *Adan Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.

Barros, R., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e Pobreza no Brasil: retratos de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 15, (42), 123-142.

BBC News.(2019). A crise que derrubou o ministro Vélez em 9 tuítes. Recuperado de: [www.bbc.com](http://www.bbc.com).

Brasil. (2020). Leis e Decretos. *Portaria MCTIC Nº 1.122*, de 19 de março de 2020 Recuperado de: <https://www.mctic.gov.br/>.

Brasil. (2019). *Medida Provisória 914/2019*. Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais Recuperado de: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

Brasil. (2020). *Medida Provisória 979/2020*. Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Recuperado de: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

Brasil. (2012). Lei no 12.711. sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos Recuperado de: <https://www.planalto.gov.br/>.

Brasil. (1996). *Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. (1996). Recuperado de: [www. Planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de: <https://www.senado.leg.br>.

Cattani, A. (2018). *Ricos, Podres de Ricos*. Porto Alegre: Tomo.

Chaves, A., & Martins, V. (2020). Pela Estrada afora: o trabalho docente no município de Salinópolis/Pará/Brasil. *Research, Society and Development*. 9, (6). 1-15.

“Direita Raiz”. (2020). Recuperado de: Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quer-o-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm?>

Furtado, C. (1996). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra.

Geromel, R. (2019). *O Poder da China*. São Paulo: Gente.

Lessa., et al. (2020) Golpeando a Política Educacional: impactos no acesso e permanência na Universidades Federais após o golpe de 2016. *Revista Pedagógica*. 2. 1-17. Recuperado de: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/4027-20160-1-PB.pdf>.

Loureiro, V. (2018). *A Pesquisa nas Ciências Sociais e no Direito*. Belém: Cultura Brasil.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2002). *Técnicas de Pesquisa*. 5º Ed. São Paulo: Atlas.

Milanovic, B. (2016). *A desigualdade no Mundo: uma abordagem para a era da globalização*. Lisboa: Actual.

Padro Jr, C. (1984). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Beltrand.

Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Disponível em:



[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1).

Piketty, T. (2014). O Capital no Século XXI. Tradução; Monica Baumgarten de Bolle. 1º ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.

UNE. (2019). Notas sobre a educação superior no Brasil. União Nacional dos Estudantes. Recuperado de: <https://www.une.org.br/noticias/>.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Andréa Bittencourt Pires Chaves – 50%

Leandro José Souza de Almeida – 50%